Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS
Revista de Ciências Sociais / ISSN 2594-7664
Artigo recebido em 29 de jun. 2019 / Aprovado em 14 de nov. 2019

"Falando a voz dos nossos desejos"[1]: os sentidos da representatividade e do lugar de fala na ação política das mulheres negras

"Speaking the voice of our desires": the meanings of representativeness and standpoint on black women's political actions

Andréa Franco Lima e Silva e Grécia Mara Borges da Silva

Resumo

O presente trabalhado discute a participação das mulheres negras nas esferas representativas da política partidária institucional brasileira, apresentando um debate entre os significados de representação e representatividade no contexto da política liberal democrática e a definição de lugar de fala como meio legítimo de emancipação, exercício da representatividade e disputa de poder político. A partir da discussão desses conceitos, as experiências políticas das mulheres negras são situadas em contextos históricos diferenciados, demonstrando que os modos do agir político feminino e negro se valem de estratégias de luta e resistência que remontam ao período da escravidão até os dias atuais. Nesse sentido, apresentaremos as experiências de atuação política e estratégias criativas de atuação das mulheres negras em cargos legislativos que se fundam nos sentidos de lugar de fala e representatividade, como são o movimento social "Muitas" e a experiência da "Gabinetona".

Palavras-chave:

Feminismo negro; Representatividade; Lugar de fala; Democracia representativa.

Abstract

This study is to understand/identify the importance of the Youth and Adult Education – EJA, for students of the EJA, the State Institute of Education Sapiranga/RS. This study aimed to know in pedagogical practices and what are the main reasons for returning to school. This study uses a quantitative approach literature and conducting a study through a questionnaire with 83 students of the EJA. It is noticed that most of the students to return to the education system, through EYA crave a rescue of the study, with the purpose of improving pay and the quality of life. Finalizing believes in the potential growth of your prospects in relation to teaching, for that we have the cooperation, encouragement and motivation of school staff, especially teachers.

Key-words

Black feminism; Representativeness; Standpoint; Representative democracy.

1 A frase que dá título a esse artigo é de Jurema Werneck (2009), em "Nossos passos vêm de longe!: movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo". O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Introdução

Começamos nossa reflexão com uma pergunta, que será o norte de nosso diálogo: o que significa ser representado? As respostas são múltiplas no escopo da prática política e das ciências sociais. Ser representado, em um sentido amplo, é ser visível. É ter existência. Pensar na representação de um segmento é, assim, pensar em diferentes camadas ou dimensões de ser e de estar. Aquele que não é representado é, nesse sentido, invisibilizado em ao menos três dimensões: a subjetiva, a cultural e a política.

Em sua constituição subjetiva, o sujeito não representado é aquele que tem dificuldade em se reconhecer naquele outro posto como padrão, a partir do qual as demais existências serão avaliadas e hierarquizadas. O sujeito negro não-representado só tem como espelho – como ideal social - o branco. Assim vão se constituindo as nossas máscaras brancas de que nos fala Fanon (2008). Essa hierarquização das representações a partir do padrão branco cria um sujeito inferiorizado, que tenta adquirir seu reconhecimento a partir desse lugar estranho e negado a ele. E dessa dinâmica de dominação imposta pelas estruturas e relações racistas, surge o sujeito colonizado, alheio a si mesmo, à própria história e à própria cultura (FANON, 2008).

É nesse sentido que podemos compreender também a dupla identidade de que nos falam DuBois (1999), Hall (2003), Gilroy (2012). A população negra que passou pelos processos de colonização, escravização e de hierarquização étnico-racial que resultaram no racismo estrutural próprio dessas sociedades colonizadas, formam suas subjetividades inscritas nas relações de poder, construídas pela diferença, interpretada em uma chave negativa. Ser representado, nesse sentido, é ser libertado dessa forma patológica de ser.

Na dimensão cultural, na falta de representatividade é negada ao negro a sua própria origem e história, bem como fica apagada ou menosprezada a sua participação na história "oficial" de uma nação e dos meios de vida que compõem e estruturam a sociedade. No Brasil o africano sequestrado, escravizado e, posteriormente, excluído socialmente e economicamente, não nos "deu" o samba, a feijoada e capoeira apenas. O negro construiu - e constrói – essa sociedade através de seu trabalho e, não menos importante, através de sua cultura. No entanto, como afirma Fanon (2008), é a cultura do "colonizador" que acaba por mediar as relações dos homens negros entre si, e a formação de suas próprias identidades. Sob esse viés a cultura negra aparece normalmente como intrusa em uma cultura nacional autêntica (GILROY, 2012). Dominar a linguagem e a cultura branca, dominante, seria como estar mais próximo desse "homem verdadeiro", o homem branco. Isso significa que o homem colonizado é, verdade, um homem que perde a si. Ele nasce sob o sepultamento de sua originalidade cultural (FANON, 2008).

A valorização superestimada da cultura eurocentrada se fortalece na desvalorização das culturas com raízes nos povos africanos, ou simplesmente, na total destituição cultural do colonizado, na indicação de que ali não há nada mais que ausência de civilização. A própria língua funciona como porta de entrada aos valores do colonizador transmitidos através da cultura: literatura, filosofia, conhecimento científico, onde são enaltecidos os feitos históricos, o progresso, as conquistas, em geral, exemplos que demarquem a pretensa superioridade do europeu sobre os outros povos, justificando sua hegemonia perante o mundo (ROCHA, 2015).

A luta do negro contra o racismo e o colonialismo é pela conquista do reconhecimento de sua essência humana, e não de uma suposta essência negra: o branco deve reconhecer a humanidade do negro. É preciso descolonizar as nações, mas também os seres humanos.

Descolonizar é criar homens novos, modificar fundamentalmente o ser, transformar espectadores em atores da história (FANON, 2008).

Ser ator da própria história é ser político. No campo da política, a esfera de ação, planejamento e concretização das agendas e dos desejos, ser representado é ser agente da própria história e da cidadania. É, em vez de apenas pleitear uma política voltada para si, também realizar a própria política. A exclusão sistemática de alguns grupos expõe o caráter hierarquizado da democracia, mantendo-os numa condição de sub-representação e de marginalidade no debate público, na construção de normas e políticas públicas. A mulher negra, de todos os segmentos sociais marginalizados pelo sistema político, é a que mais sofre a sub-representação político-partidária nos espaços institucionais de poder.

A partir do conceito lacaniano de “infante”, González (2011) denuncia o silenciamento político e social da mulher negra nos espaços públicos e políticos:

> O conceito de infante se constitui a partir de uma análise da formação psíquica da criança que, ao ser falado pelos adultos na terceira pessoa, é, consequentemente, excluída, ignorada, colocada como ausente apesar da sua presença; reproduz então esse discurso e fala em si em terceira pessoa (até o momento em que aprende a trocar os pronomes pessoais). Da mesma forma, nós mulheres e não-brancas, fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impormos um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria historia. É desnecessário dizer que com todas essas características, nos estamos referindo ao sistema patriarcal-racista (Ibidem, p. 13-14).

Falar de representatividade negra e feminina é falar de uma vida de luta para ser respeitada como mulher e negra. É falar de um exercício diário para acabar com a objetificação de seu corpo e sua transformação em sujeito de direitos. Desta maneira, a ação de ocupar todos os espaços deve ser entendida como um ato político. Entretanto, o próprio sistema político e os pressupostos tradicionais da democracia liberal representativa podem se apresentar muito mais como um entrave que como oportunidade para a mulher negra. A luta política do feminismo negro é, desse modo, postular um novo paradigma de representação que supere a impossibilidade da mulher negra de se impor como ser social e político, haja vista o desrespeito à sua existência.

Nesse trabalho propomos um debate sobre a representação na democracia liberal e os sentidos de representatividade e “lugar de fala” (standpoint) como meios legítimos de disputa de poder político e emancipação das mulheres negras. A partir da discussão desses conceitos e de um breve regaste históricos da atuação política das mulheres negras em contextos diferenciados, defendemos que os modos do agir político feminino e negro se vale de valores, estratégias de luta e resistência que remontam ao período da escravidão até os dias atuais. Assim, propomos a leitura das estratégias criativas e experiências de atuação política de mulheres negras em cargos legislativos através da chave dos valores e das estratégias do feminismo negro, que se fundam nos sentidos de lugar de fala e representatividade.

Da representação à representatividade: novas concepções de ação política e democrática

Segundo Phillips (2001), a "democracia liberal vê, convencionalmente, a diferença como sendo prioritariamente uma questão de ideias" (p. 268). Nesse contexto, a "boa" representação seria aquela que melhor reflete as preferências (ideias, valores, objetivos) dos votantes. Geralmente escolhemos os nossos candidatos dentre aqueles cujas opiniões compartilhamos.

Há um pressuposto por trás dessa ideia, contudo:

> Ela sugere um entendimento amplamente secular da política, como questão de julgamento e debate, e espera que as lealdades políticas se desenvolvam mais em torno de programas políticos, do que de pessoas. Não é uma restrição particularmente séria observar que essas lealdades são modeladas pelas comunidades nas quais as pessoas nasceram ou vivem, ou reconhecer que elas podem "herdar" vínculos com um partido que parece não estar mais de acordo com a natureza de suas vidas. Tampouco o é notar que damos nosso apoio àqueles partidos que melhor convêm aos nossos interesses, pois apenas a compreensão mais idealizada das ideias políticas poderia separá-las de todos os aspectos da existência material (PHILLIPS, 2001, p. 269).

Tal pressuposto não é necessariamente verdadeiro. No caso brasileiro, por exemplo, a política partidária por vezes perde relevância frente a interesses de grupos articulados em razão de interesses circunstanciais e não-partidários. Interesses também nem sempre nobres, vale dizer.

A democracia representativa mudou o foco sobre quem são políticos, para o que eles representam. Nesse sentido, a qualidade de representação não estaria mais em relação às qualidades intrínsecas àquele que representa, mas passa a depender da existência de mecanismos efetivos de responsabilização, que vinculem em certa medida os políticos eleitos e as opiniões que eles dizem representar. Sobre esse esquema representativo, afirma Phillips (2001):

> uma representação justa não pode ser garantida de antemão; é conquistada num processo mais contínuo, que depende de um grau (não muito especificado) de responsividade ao eleitorado. Os representantes podem e quase certamente vão divergir daqueles em nome de quem eles agem, não apenas em suas características sociais e sexuais, mas também no entendimento de onde estão os "verdadeiros" interesses de seus constituintes. O que confere representatividade é a condição de responsividade (Ibidem, p. 271).

Ou seja, o que garantiria a representatividade é a condição de responsividade. O outro lado desse processo é a diminuição da autonomia do representante eleito frente às preferências de seu eleitorado.

Mas, e quando as preferências dos eleitores são aquelas que dizem respeito às pautas diretamente relacionadas, por exemplo, ao gênero, sexualidade, raça ou etnia? Seria suficiente debater a representação restrita ao campo das "preferências"? O que significa ser representado nesses casos?

Há dois tipos de representação, afirma Johnson (2000). Na representação do tipo descritiva os representantes compartilham as características sociais e demográficas dos representados. No caso da representação substantiva a representação se dá pela busca de políticas favoráveis aos interesses daqueles que os representam. Importante ressaltar que, tanto para Johnson (2000) quanto para Phillips (2001), esses são tipos não-mutuamente excludentes de representação e tratá-los antagonicamente só nos conduz a um falso dilema.

Há situações de exclusão (social, política, econômica, etc.) que demandam não só ideais, mas presença política. E essa presença tem sido cada vez mais reivindicada no espaço político: “Nesse importante reenquadramento dos problemas da igualdade política, a separação entre quem e o que é para ser representado, bem como a subordinação do primeiro ao segundo, está em plena discussão. A política de ideias está sendo desafiada por uma política alternativa, de presença” (PHILLIPS, 2001, p. 272).

Isso significa, talvez, um novo paradigma em relação à democracia liberal representativa. Não basta mais que a diversidade seja só de ideias, crenças, valores ou objetivos: é preciso presença na arena política.

O que demanda em termos de presença são tipos de diversidade que implicam outro tipo de igualdade; um que seja pautado pelo respeito à diferença. Em busca de igualdade material redistribui-se bens, oportunidade e riquezas. Mas não há como redistribuir elementos ou qualidades singulares tais como gênero, sexualidade, raça, cor ou etnia de modo a tornamo-nos todos mais iguais (PHILLIPS, 2001). E tampouco é esse o desejo dos sujeitos. Aliás, sempre que tal propósito foi perseguido, o que tivemos como resultado foi o apagamento, a violência, a manutenção das desigualdades ou mesmo o extermínio do “desigual”.

Não basta mais que a diversidade seja intelectual. Ela deve estar enraizada também nas experiências, nas culturas e nas identidades que, em certa medida, espelham aqueles que são representados. Nas palavras de Phillips (2001)

> É concebível que homens possam substituir mulheres quando o que está em questão é a representação de políticas, programas ou ideais com os quais concordam. Mas como um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres per se? É concebível que pessoas brancas substituam outras, de origem asiática ou africana, quando está em questão representar determinados programas em prol da igualdade racial. Mas uma assembleia formada só por brancos pode realmente se dizer representativa, quando aqueles que ela representa possuem uma diversidade étnica muito maior? Representação adequada é, cada vez mais, interpretada como implicando uma representação mais correta dos diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos, e noções de representação “típica”, “especular” ou “descritiva”, portanto, têm retornado com força renovada (Ibidem, p. 273).

Johnson (2000), pensando na representatividade descritiva e substantiva na política, afirma que as questões raciais – especialmente no que toca à política partidária, ao presidencialismo e à democracia – não estão no rol dos temas considerados mais relevantes nos estudos da política brasileira pois, ou se considera que não há clivagens raciais rígidas e relevantes no país, ou se afirma que os brasileiros, em sua maioria, não possuem forte consciência racial e, portanto, não se comportam racialmente nas arenas políticas relevantes.

No entanto, afirma o autor, são muitos os políticos negros que se articulam formal e informalmente nos partidos e demais instituições político-governamentais para defender pautas antirracistas e pleitear os direitos da população negra[2] (JOHNSON, 2000).

É através dessa chave interpretativa que podemos pensar a atuação política feminista negra. Afiliamo-nos ao que afirmam Phillips (2001) e Johnson (2000), e nesse sentido estamos nos referindo ao potencial tanto substantivo quanto descritivo dessas representações.

O espaço da política institucional ainda é consideravelmente refratário à representatividade da população negra, em especial das mulheres negras. Os brancos continuam constituindo a maioria dos parlamentares na atual composição do Congresso Nacional. Entre os 81 senadores, 67 se autodeclararam brancos (82,71%); 13,58% se declaram como pardos e apenas 3,7% se declaram pretos (TSE, 2018).

Na Câmara dos Deputados há mais diversidade: dos 513 deputados federais, 385 consideram-se brancos (75%), 104 pardos (20,2), 21 pretos (4,09%) e 2 amarelos (0,38%). Vale destacar ainda que em 2018 foi eleita pelo estado de Roraima a primeira mulher indígena na história da Casa, a deputada federal Joênia Wapichana, pelo partido Rede (TSE, 2018).

A representação feminina da Casa cresceu em relação à última eleição (2014) com a eleição de 77 mulheres, ou 15% das cadeiras. Na legislatura anterior, as mulheres representavam 10% da Casa, com 51 deputadas. Entre as eleitas, 43 ocuparão o cargo pela primeira vez (TSE, 2018). No Senado, o quadro foi inverso: a bancada feminina caiu de 13 para 12 parlamentares. Dos 353 candidatos ao Senado nas eleições de 2018, 62 eram mulheres e, dessas, sete se elegeram. Em 20 estados, nenhuma mulher foi eleita e em três deles nem houve candidatas.

Esse cenário nos revela que a disputa político-partidária – esse espaço público que ainda é reconhecido como locus masculino no Brasil - é um ambiente árido e hostil à concorrência feminina, prejudicando seriamente a representatividade desse segmento nas esferas institucionalizadas de disputa de agenda e poder políticos. Quando agregamos a raça ao gênero, o abismo das desigualdades se apresenta ainda mais profundo.

Nas eleições para a Câmara dos Deputados de 2018, o número de mulheres negras passou de 10 para 13 representantes. No Senado, duas candidatas eleitas se autodeclaram pardas, assim como 12 dos eleitos homens. Em relação à Câmara, foram eleitos 113 homens negros, um aumento de 20 representantes em relação à 2014 (TSE, 2018). No total, entre mulheres e homens negros, temos 140 representantes negros no Congresso Nacional, o que equivale a cerca de 25% do poder legislativo federal. Sem dúvida, esse número é um avanço em relação à 2014, quando quase 80% do Congresso Nacional era branco. Esse quadro, no geral, se repete nas casas parlamentares estaduais e municipais. Cabe ressaltar ainda que, segundo

[2] Tendo como referência a inauguração da república, podemos afirmar que a ação dos políticos negros, nesse sentido, acontece desde o início do período. São vários os exemplos ao longo da história. Manoel da Mota Monteiro Lopes, filho de operários, nascido em Recife em 1867, foi eleito e empossado deputado federal em 1909, defendo pautas a favor do proletariado e contra a exclusão por preconceito de raça, especialmente nas escolas. Abdias do Nascimento, um dos fundadores do Teatro Experimental do Negro (1944-1961) e do Ipeafro - Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (1980), foi deputado federal de 1983 a 1987, senador da República de 1997 a 1999, e grande defensor da cultura e da igualdade para a população afrodescendente no Brasil. Mais recentemente podemos citar a atuação da ex-governadora do Rio de Janeiro e atualmente deputada federal Benedita da Silva. Não podemos deixar de citar também Marielle Franco, vereadora municipal do Rio de Janeiro cruelmente assassinada no dia 14 de março de 2018. O crime segue em investigação.

dados do TSE, do total de 28,1 mil pessoas inscritas para concorrer aos cargos de deputado estadual, deputado federal, senador, governador e presidente, 46% são negros. Os brancos representam 53%, os amarelos (com descendência asiática) são 0,6% e os indígenas são 0,5% (Ibidem, 2018). Não custa lembrar também que, conforme os dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), somos uma população composta por 47,7% de brancos, 7,6% de pretos e 43,1% de pardos, 1,1% amarelos e 0,4% indígenas. As eleições legislativas, por serem eleições proporcionais, são o termômetro da representação no campo da política institucional, é no poder legislativo que, em tese, estarão representados e serão debatidos os interesses dos segmentos diversos da sociedade.

O direito ao voto e o direito a disputar eleições, conquistados na maior parte do mundo entre as primeiras décadas do século XX e meados do mesmo século, não redundaram em condições igualitárias de participação. No caso das mulheres, isso significa levar em consideração as relações de gênero no cotidiano da vida social e os obstáculos informais à participação nos espaços institucionais, tendo em mente que sua posição não se esgota nas relações de sexo ou gênero, mas é definida em conjunto com variáveis como classe, raça, etnia, sexualidade e geração, com barreiras ainda mais espessas quando se analisa as condições de participação das mulheres mais pobres, das mulheres negras e indígenas, das trabalhadoras do campo.

A baixa presença e mesmo a ausência, em muitos casos, das mulheres em cargos eletivos e de primeiro escalão, no âmbito estatal, não significa que não atuem politicamente, mas, sim, que essa atuação é dificultada e, quando existente, ocorre em ambiente político historicamente masculino, em que predominam brancos e proprietários.

Sobre as mulheres negras e a sua flagrante sub-representação no parlamento, Htun (2014) afirma que, em relação à representação das mulheres em desvantagem interseccional, estas podem ter perspectivas únicas e enfrentar vulnerabilidades que não necessariamente são compartilhadas pelo grande grupo ao qual pertencem. É possível afirmar que suas perspectivas podem variar devido a diferenças de classe, região, religião, e, também, por diferenças individuais.

Em relação à avaliação da atuação legislativa de mulheres negras, Htun (2014) defende que elas representam cidadãos para além do grupo social ao qual pertencem (surrogate representation). Evidências sugerem que mulheres negras atuem em prol de sua região ou comunidade, ou seja, com pautas diversas. No entanto, apesar de buscarem representar a todos, há evidências de que tenham dado atenção especial às pautas das mulheres, dos negros e de outros grupos marginalizados.

É importante destacar que as discussões entre a representação substantiva e descritiva (JOHNSON, 2000; PHILLIPS, 2001) ou sobre a política de presença (HTUN, 2014), nos levam a questões que merecer reflexão mais demorada que a apresentada nos limites desse trabalho. Vários pontos podem ser levantados nesse debate: Toda presença é representativa? Quais seriam os critérios mínimos de representatividade? Seria possível estabelecê-los objetivamente? Segundo Htun (2014), as mulheres negras tendem a contribuir para a democratização das políticas pela mera presença, ao subverter a lógica de invisibilização desse grupo nos espaços de poder. Desse modo, para analisar a atuação de mulheres negras nos parlamentos, há que se considerar não apenas a sua atuação, mas também os impactos que sua mera presença causa nas práticas deliberativas e no comportamento do parlamento como um todo (HTUN, 2014). O que nos interessa, contudo, nesse estudo específico, é voltar o olhar para

experiências singulares de mulheres negras que dialogam, em sua proposta teórica e em sua prática, com os objetivos e princípios do feminismo negro.

Diante desse quadro podemos nos perguntar: as mulheres pretas e pardas estão sendo representadas? É possível disputar poder e representatividade nessa esfera institucional? O que percebemos é que a mulher negra tem voz política, mas que precisa de estratégia para ser reconhecida. E as últimas eleições legislativas brasileiras trouxeram algumas experiências marcantes nesse sentido.

As vozes como política em desafio ao *status quo*

A ideia de valorizar um lugar de fala nasce da crítica da representação e da epistemologia dos subordinados, isto é, da defesa da ideia de que os atores sociais devem falar por si mesmos e de que há diferentes efeitos de verdade a depender de quem fala. Grande parte da construção científica, mesmo nos países periféricos como o Brasil, teve como base uma visão eurocêntrica e colonizadora do conhecimento, o que torna urgente dar voz a questões pouco trabalhadas, como é o caso do impacto do feminismo negro na ocupação de espaços de poder, trazendo uma nova leitura da realidade.

Segundo Ribeiro (2017), o conceito de lugar de fala modifica, assim, a natureza histórica e epistemológica do discurso classista. Antes, na tradição marxista, a condição de trabalhador era considerada universal ou potencialmente universal porque o avanço do capitalismo proletarizava a todos e do sentido desse processo advinha a sua força epistemológica e o seu lastro material: a perspectiva dos trabalhadores era uma perspectiva universal. Quando a condição de trabalhador passa a ser concebida como um lugar de fala, a partir da sua posição periférica, ela passa a ser vista como (mais) uma especificidade. De certa maneira, a reflexão sobre o lugar de fala reconhece a força persuasiva deste tipo de argumento, a aceita e a reverte no contexto da luta social no campo discursivo. Ela ressignifica o argumento daqueles que desqualificam quem enuncia, que ao invés de se deter no teor desse argumento, transformam a desqualificação preconceituosa em qualificação do discurso de luta socialmente situado. Ou seja, pela perspectiva interpretativa do lugar de fala, o discurso do subalterno o qualifica justamente por ter experiência direta, autenticidade e conhecimento de causa (ALCOFF, 1991). Essa posição, contudo, precisa ser problematizada, levando-se em conta o perigo e a responsabilidade implícitos na tentativa de "falar no lugar de outras pessoas". Pressupõe-se, desta maneira, um questionamento: isso vai permitir a emancipação ou o fortalecimento (empowerment) das pessoas oprimidas? Alcoff (1991) destaca a necessidade dessa constante auto-avaliação, por entender que a prática de falar pelos outros frequentemente nasce do desejo de domínio, para privilegiar a si mesmo como alguém com um melhor entendimento da verdade sobre a situação do outro, complementando que o efeito da prática de falar pelos outros pode ser identificada, continuamente, mas nem sempre, como apagamento e reinscrição das hierarquias sexuais, nacionais e de outros tipos.

A importância de se refletir sobre o lugar de fala a partir das experiências e vivências de cada um se refere ao fato de que as pessoas possuem perspectivas a partir do lugar que ocupam na pirâmide social e quando falamos sobre essa pirâmide, Ribeiro (2017) explica que não se trata de mensurar diferentes opressões, mas de se decidir contra qual se lutará em cada batalha.

Collins (2016) nos introduz no debate sobre a teoria do ponto de vista através do conceito de outsider within, afirmando que o conhecimento é sempre posicionado. A ênfase

dada pela autora é o potencial que esse lugar específico confere às mulheres negras de proceder a uma leitura inédita e singular sobre a própria realidade. Esta experiência sugere que certos temas característicos sejam proeminentes do ponto de vista destas mulheres, o que também é defendido por Hooks (2015) quando afirma que:

> Nós, mulheres negras sem qualquer “outro” institucionalizado que possamos discriminar, explorar ou oprimir, muitas vezes temos uma experiência de vida que desafia diretamente a estrutura social sexista, classista e racista vigente, e a ideologia concomitante a ela. Essa experiência pode moldar nossa consciência de tal maneira que nossa visão de mundo seja diferente da de quem tem um grau de privilégio (mesmo que relativo, dentro do sistema existente). É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia (HOOKS, 2015, p. 197).

É importante ainda destacar que, ao demandar o lugar de fala na esfera política, ou seja, que a representatividade possa se realizar por aqueles que compartilham mais que as preferências intelectuais, e que também dividam origem, história, experiências, características, entre outros, não está se advogando em prol do silêncio do outro. O que as vozes feministas negras pleiteiam são condições igualitárias de reconhecimento, respeito, participação e disputa.

Ora, em qual momento histórico os grupos marginalizados tiveram algum tipo de poder estrutural capaz causar o silenciamento do único grupo que goza do direito de ser sujeito nessa sociedade desde o período colonial?

Ainda é negligenciado dentro dos espaços de disputas de narrativas as pautas com discussões feministas, especialmente quando interseccionam gênero, raça e de classe. Mesmo nos partidos brasileiros com viés progressista é fato que mulheres/negros ganham menos recurso do que homens brancos para suas campanhas políticas, e tendem a receber menos apoio partidário, além de serem a minoria entre os eleitos. Neste sentido, mudar o lugar social da mulher negra na sociedade é uma pauta que perpassa todas essas esferas de exclusão – de raça, gênero e classe - e a discussão sobre lugar de fala faz-se, em um cenário que se pretende democrático – urgente e necessária. Salienta-se que não é negado aos brancos falarem sobre assuntos determinados relacionados à raça e classe, por exemplo. Mas é fato que existe o pouco esforço de homens brancos com poder estrutural simbólico de ceder espaços para os que não são seu reflexo. Não é possível, dada a forma como as estruturas estão postas, pressupor que negros e mulheres estariam em pé de igualdade com homens brancos, tendo assim a capacidade de silenciá-los ou censurar seu pensamento acadêmico. Acreditar nisso é ignorar dados estatísticos onde o topo da pirâmide é sempre o homem branco. O lugar de fala não é uma proposta de censura e sim de inclusão de mais vozes para todos os debates que querem falar por um todo, mas desconsideram a grande massa do todo a partir do momento que silencia o pensamento epistemológico de mulheres negras e seu diferente ponto de vista a partir do lugar social que ocupam. Negar isso é não possibilitar sua emancipação (RIBEIRO, 2017).

O feminismo negro, nesses termos, se torna então uma via de discussão importante para se problematizar os espaços de representação política, questionando-se como o movimento feminista negro identifica seu lugar de fala e de quais formas acessa os espaços de participação política?

Além de colocar o problema da representação e trazer a questão racial para o centro do debate sobre as opressões, o feminismo negro subverte algumas das demandas e categorias dos feminismos "tradicionais" (entendido em suas várias correntes) e propõe um debate sobre a possibilidade de atribuição de novos significados às definições tradicionais como o conceito de mulher, ou a politização dos corpos, compreendendo que:

> o pessoal pode constituir-se em ponto de partida para a conexão entre politização e transformação da consciência. Logo não se trata de uma simples descrição da experiência de opressão de mulheres por homens mas do entendimento crítico sobre o terreno de onde essa realidade emerge (BAIRROS, 1995, p. 462).

Nesse sentido, afirma Sueli Carneiro (2003), o feminismo politiza as desigualdades de gênero transformando as mulheres em sujeitos políticos. E a partir dessa condição politizada, os sujeitos desencadeiam olhares diversos sobre processos particulares, a partir dos lugares sociais em que se encontram inseridos, como a condição social de mulher negra.

Cultura, política e resistência: o longo caminho das mulheres negras

Werneck (2009), através da metáfora da Ialodê como chave de compreensão, nos apresenta amplitude das relações, arranjos, movimentos, organizações e conexões das mulheres negras em torno de ações coletivas, comunitárias e políticas ao longo dos diferentes cenários históricos. "Entre estes repertórios estão alguns dos mitos sagrados presentes no Brasil desde que a diáspora africana foi criada" afirma a autora (Ibidem, p. 153). Ialodê, segundo registros históricos precários, afirma Werneck (2009), era título de liderança feminina participante de organismos de decisões públicas coletivas nas cidades iorubas pré-coloniais. É uma figura que sobreviveu em território brasileiro, na esfera do sagrado, no interior das comunidades tradicionais religiosas.

Desde as formas de organização e de resistência do período colonial e escravocrata, além da atuação das mulheres nos quilombos – onde muitas são as lideranças femininas até hoje – Weneck (2009) fala sobre as irmandades femininas negras, articulações políticas que se organizavam geralmente em torno do sagrado, que reuniam diferentes matrizes culturais e religiosas ocidentais e africanas e que

> tiveram grande importância no estabelecimento de condições materiais de subsistência para as mulheres de diferentes etnias africanas e para as afro-brasileiras. Bem como propiciaram as articulações necessárias para o confronto ao regime da época, inclusive para as ações e estratégias políticas de massa, como as revoltas urbanas que antecederam a derrubada do regime. Algumas destas são atuantes até hoje, como a Irmandade da Boa Morte, no interior da Bahia (Ibidem, p. 156).

Tais comunidades são formas de resistências políticas e culturais que sobreviveram ao colonialismo e à escravidão.

No período pós-abolição, as mulheres eram parte integrante dos movimentos negros que se organizavam e lutavam por sua ação e voz. Em São Paulo, na década de 1930, a ativista da Frente Negra Brasileira[3], Adelina Campos Melo, foi uma das principais fundadoras da primeira associação de empregadas domésticas de que se tem registro no país. Em 1950 foi fundado o Conselho Nacional da Mulher Negra (WERNECK, 2009). Nas décadas de 1970-80 as mulheres negras que atuavam dentro dos movimentos organizados, sejam os movimentos feministas, sejam os movimentos negros, lutavam sempre pelo seu espaço: na condição de negras, em um espaço de feminismo majoritariamente branco, especialmente contra um ideal universal de mulher; e na condição de mulher, na luta contra o sexismo no bojo dos movimentos negros (GONZÁLEZ, 2011).

Werneck (2009) ainda nos chama a atenção para as organizações e coletivos de mulheres atuantes no campo cultural, em especial na produção do samba:

> A partir do trabalho de diferentes mulheres negras em torno do samba e seus produtos, pude verificar a intensidade da circulação de conteúdos e formas de crítica cultural e política, de confronto às hegemonias de raça e gênero; de afirmação e atualização da tradição; de expressão e significado do corpo e seus elementos; de ocupação de espaços públicos e privados; de nação, comunidade e povo (Ibidem, p. 160).

Claros que não estamos afirmando, como bem nos recomenda Werneck (2009), que há um sentido de continuidade histórica nesses movimentos apontados como ilustração. Não há sequer um sentido de continuidade regional, já que tratam-se também de exemplos de localidades diversas. Mas o que se ressalta são os elementos persistentes de organização e atuação política das mulheres negras, bem como a forma criativa e variada de sua expressão. E se as mulheres negras se organizam tanto e há tanto tempo, por que não se escutam essas vozes? Com essa questão Werneck (2009) denuncia os mecanismos das estruturas racistas e sexistas que excluem as mulheres negras de variados espaços de disputa de poder.

Como ser muitas: a experiência de mulheres negras no coletivo "Muitas" e na "Gabinetona"

O movimento Muitas[4] surgiu em 2015, Belo Horizonte, a partir da reunião de ativistas e lideranças de variadas esferas e pautas sociais (por moradia e por mobilidade, pela questão indígena, das mulheres, das pessoas negras, da população em situação de rua, das pessoas LGBTIQ+, entre outras, que decidiram, nas palavras do grupo, "ocupar a política institucional". É um movimento que busca modos originais e emancipadores de se fazer política nas esferas institucionais. O movimento, em si, conta com a participação de homens e de mulheres, de negros e brancos, mas o seu foco é a promoção política das mulheres a partir de uma perspectiva coletivista da ação. Assim, quando houve a decisão de que mulheres do movimento deveriam

[3] Entidade fundada em São Paulo, em 1931, que se expandiu para vários estados brasileiros, formando, posteriormente um partido político (1936). Tinha por missão a luta contra o preconceito através da valorização da população afro-brasileira voltada a sua integração à sociedade (embora de maneira sobre as quais podemos hoje refletir com olhares mais críticos), atuando em campos diversos como educação (fundou, inclusive, uma escola), assistência social, cultura e política. Foi extinta a partir da instituição do Estado Novo em 1937.
[4] Vide website do movimento: https://www.somosmuitas.com.br/#

disputar vagas no legislativo municipal, toda a construção de quem deveria se candidatar, até o modelo de campanha e o exercício do mandato, eram pensados como um processo coletivo.

Antes de continuarmos, aqui cabem duas ressalvas. Se há no movimento Muitas tanto homens, como pessoas brancas, como situar a experiência dentro de tudo o que foi posto sobre as necessidades de representatividade e lugar de fala do feminismo negro?

Primeiramente, o Muitas pode contar com o apoio masculino, mas é um coletivo de mulheres, dirigido por mulheres, voltado à emancipação das mulheres, através da ação política das mulheres. E as mulheres negras são protagonistas nesse movimento. Um dos nomes mais proeminentes do Muitas é a deputada federal por Minas Gerais Áurea Carolina, ex-vereadora do município de Belo Horizonte, e a mais votada da história da capital mineira. A sua experiência com a Gabinetona é a forma de atuação política que mais nos interessa quanto forma de organização e conjunto de valores fundados em uma perspectiva de ação política feminista negro.

Como dito, tudo começou em 2015. Após intenso diálogo e escuta dentro do movimento, foram apresentadas, nas eleições de 2016, 12 candidaturas à Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, que se somaram a outras 19 candidaturas da Frente de Esquerda BH Socialista. Essas candidaturas pactuaram princípios comuns, como a redução de privilégios, a radicalização democrática, a representatividade de gênero e a étnico-racial. Foi feita uma campanha voluntária, colaborativa, com poucos recursos financeiros e muito engajamento. A expressividade do resultado, tendo Áurea Carolina, uma mulher negra, atuante em movimentos de juventudes e gênero, com sua votação expressiva, e também com eleição de Cida Falabella, diretora e atriz de teatro, engajada na cultura a partir de uma atuação na periferia da cidade, já aponta para uma vontade da mudança.

As duas vereadoras eleitas e integrantes do Muitas constituíram a Gabinetona[5], ou seja, dois gabinetes de vereança onde as paredes foram - simbólica e fisicamente - derrubadas. Elas compartilham equipe e atuaram de maneira conjunta, com participação social e representatividade. É fundamental destacar que a equipe da Gabinetona foi composta, em sua maioria, por mulheres negras, embora ainda atendesse a uma diversidade necessária para se pensar numa política inclusiva.

Em 2018, em outra campanha coletiva, Áurea Carolina foi eleita deputada federal e Andréia de Jesus, deputada estadual. Com esse resultado, inaugura-se uma nova experiência, um mandato coletivo em três esferas do Legislativo. A Gabinetona passa a ser representada no município pelas vereadoras Cida Falabella e Bella Gonçalves; por Andréia de Jesus na Assembleia Legislativa de Minas Gerais; e por Áurea Carolina na Câmara dos Deputados, em Brasília.

A Gabinetona surge no contexto de a mulher (e especialmente a mulher negra) identificar seu lugar de fala e buscar um espaço político a fim de juntar a participação social, respeitando a diversidade para propor mudanças, de forma horizontalizada. Na busca desses objetivos, os princípios dessa atuação se baseiam em uma política de amor, feminista e antirracista, a confluência máxima entre forças do campo progressista, a diversidade, a representatividade, a transparência, a busca pelo bem comum e pela radicalização da democracia, com a desconstrução de privilégios de toda ordem. A Gabinetona na esfera

[5] Vide https://gabinetona.org/#gabinetona

municipal é composta por 40 (quarenta) pessoas. Dessas, 25 (vinte e cinco) são mulheres. Mais da metade do gabinete é composto por pessoas negras (vinte e quatro pardos e pretos), uma indígena, 14 (quatorze) LGBTIQs, 13 (treze) jovens e 5 (cinco) moradoras de ocupações urbanas.

O trabalho e a organização da Gabinetona em um mandato coletivo visa estabelecer canais diretos de participação e acompanhamento por meio de mobilização social, educação popular, formação política e comunicação, e se dá no sentido de pensar as perspectivas para a renovação política optando-se por demonstrar como uma prática política real vem sendo tecida, desde sua construção eleitoral até seus desdobramentos no parlamento.

Pela atuação da Gabinetona, vem se consolidando perspectivas de radicalização democrática, de uma política feminista e negra, de desconstrução de privilégios, a partir de uma experiência concreta e bastante pautada pelos sentidos de representatividade, de exercício do lugar de fala, da coletivização de decisões e de oportunidade de vocalização das demandas de setores marginalizados da sociedade, por eles mesmo, como é o caso das mulheres negras e indígena que compõem o gabinete.

Considerações finais

Além da questão da representação, que nem sempre se traduz em representatividade, há também considerável distância entre a agenda levada pelas mulheres ao âmbito estatal, por meio dos dispositivos e espaços de participação institucional, e as leis e políticas de fato implementadas. Os movimentos, no processo de ampliação de sua participação, se adaptam às vicissitudes do sistema político, e esse sistema segue em reação às tentativas de inovação e quebras paradigmáticas. A mobilização sem representantes eleitos para defender as pautas de minorias políticas encontrará sempre diversas barreiras. O controle sobre a agenda e a possibilidade que alguns grupos têm de barrar a entrada de temas e perspectivas no debate público e nos espaços decisórios continuam sendo um problema central.

Contudo, como demonstram as experiências aqui relatadas, as mulheres negras avançam.

A representatividade política e a ocupação dos espaços de poder são hoje esferas de disputa legítima para o alcance dos objetivos de transformação social do feminismo negro, que tem na conquista da "representação no campo político uma possibilidade para que então as feministas negras formulem políticas que atendam às suas demandas" (MOREIRA, 2006, p. 6). E ação coletiva é o meio eleito pelas mulheres negras para o empoderamento e o enfrentamento dos desafios impostos pelas instituições e pela sociedade. É como parte desse longo caminhar que podemos enxergar a dinâmica e as estratégias eleitorais das mulheres negras nas eleições aos cargos proporcionais em 2018: um movimento solidário, coletivo e contínuo.

A expressão que utilizamos como título para este artigo vem entre aspas porque é uma citação de Jurema Werneck[6], uma das vozes que nos inspira a seguir com o diálogo proposto e com a política – seja entendida institucionalmente, ou tomada em seu sentido mais amplo - como proposta de emancipação feminina negra. Werneck (2009) afirma que a fala de uma

[6] Jurema Weneck, nascida no Morro dos Cabritos, em Copacabana, ser formou médica, comunicadora social, é ativista pelos direitos humanos e das mulheres negras, fundadora da ONG Criola (1992) e atualmente é Diretora Executiva da Anistia Internacional Brasil.

mulher negra é a fala, também, da sua ancestralidade. Como diz a autora, são passos que vem de longe.

Referências

ALCOFF, Linda Martín. The problem of speaking for others. *Cultural Critique*, n. 20, winter, p. 5-32, 1991-1992.

BAIRROS, Luíza. Nossos Feminismos revisitados. *Revistas Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 2, p. 458-463, 1995.

DUBOIS, William Edward Burghardt. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, dezembro de 2003.

COLLINS, Patricia H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v 31, n 1, p 99-127, janeiro/ abril de 2016.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro*. Rio de Janeiro: Editora 34 Ltda, 2001.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*: Batalha de Ideias AfroLatinoAmérica, n.1, p. 12-21, 2011.

HALL, Stuart. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 193-210, janeiro/ abril de 2015.

HTUN, Mala. Political Inclusion and Representation of Afrodescendant Women in Latin America. In: ESCOBAR-LEMMON, Maria; TAYLOR-ROBINSON, Michelle (orgs). *Representation*: The Case of Women. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 118-134.

JOHNSON III, Ollie. A representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983 – 99). *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 7-29, dezembro de 2000.

MOREIRA, Núbia Regina. Representação e identidade no feminismo negro brasileiro. *Seminário Internacional Fazendo Gênero* n. 7. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 9, p. 268-290, 2001.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, Gabriel dos Santos. Antirracismo, negritude e universalismo em Pele negra, máscaras brancas de Frantz Fanon. *Sankofa*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 110-119, 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - *TSE*. Repositório de dados eleitorais, 2018.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe!: movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: VERSCHUUR, Christine (org). *Vents d'Est, vents d'Ouest*: mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux. Genève, Graduate Institute Publications, 2009. p. 151-163.

Andréa Franco Lima e Silva – Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPB). E-mail: andreafls@gmail.com.

Grécia Mara Borges da Silva – Mestranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: greciamara@yahoo.com.br.